

Paula Susanna Amaral Mello

Direito ao  
Meio Ambiente e  
Proibição do Retrocesso

© 2014 by Editora Atlas S.A.

Capa: Leandro Rizzo  
Composição: Entexto – Diagramação de textos



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Mello, Paula Susanna Amaral  
Direito ao meio ambiente e proibição do retrocesso /Paula Susanna  
Amaral Mello.  
São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia.  
ISBN 978-85-224-8926-8  
ISBN 978-85-224-8927-5 (PDF)

1. Direito ambiental 2. Direitos fundamentais 3. Meio ambiente  
4. Princípio da proporcionalidade 5. Vedação do retrocesso I. Título.

14-02033  
CDU-347.121.1:502.7

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Direito fundamental ao meio ambiente: 347.121.1:502.7
2. Meio ambiente: Direito fundamental 347.121.1:502.7

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,  
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/Printed in Brazil



Editora Atlas S.A.  
Rua Conselheiro Nébias, 1384  
Campos Elísios  
01203 904 São Paulo SP  
011 3357 9144  
atlas.com.br

# Sumário

---

*Prefácio*, xi

Introdução, 1

## **1 Direito à integridade do meio ambiente e deveres associados, 7**

1.1 Direito fundamental ambiental e a dignidade da pessoa humana, 7

1.2 Categorias normativas de direitos e de deveres fundamentais, 8

1.2.1 Distinções doutrinárias entre princípios e regras, 9

1.2.2 A norma fundamental ambiental, 15

1.3 Normas de direitos subjetivos e normas de direitos objetivos: as dimensões do direito ao meio ambiente equilibrado, 17

1.4 Direitos a ações negativas e meio ambiente, 23

1.5 Direitos a ações positivas e a tutela ambiental fundamental, 24

1.6 Deveres fundamentais e dever fundamental ambiental, 25

## **2 Restrições a direitos fundamentais e a norma ambiental fundamental, 33**

2.1 A possibilidade de restringir direitos fundamentais, 33

- 2.2 Razoabilidade, proporcionalidade e ponderação, 38
  - 2.2.1 A necessidade de esclarecer conceitos, 38
  - 2.2.2 O exame das sub-regras da proporcionalidade, 42
    - 2.2.2.1 Adequação, 42
    - 2.2.2.2 Necessidade, 43
    - 2.2.2.3 Proporcionalidade em sentido estrito, 43
- 2.3 A proporcionalidade como regra para justificar intervenções no direito fundamental ambiental, 47
- 2.4 Os limites e o conteúdo essencial do direito fundamental ambiental, 52
- 2.5 O mínimo existencial ecológico, 56
- 3 Origem, aplicabilidade e limites da proibição do retrocesso, 60**
  - 3.1 Noções introdutórias, 60
  - 3.2 Proibição do retrocesso, classificação, eficácia e efetividade das normas constitucionais, 61
  - 3.3 A proibição do retrocesso social: origem e conceito, 66
    - 3.3.1 Considerações sobre a proibição do retrocesso social no direito comparado, 66
    - 3.3.2 A proibição do retrocesso social no Brasil, 83
  - 3.4 Proibição do retrocesso ambiental: a visão da doutrina no direito comparado e no Brasil, 99
  - 3.5 A jurisprudência e a proibição do retrocesso ambiental, 104
  - 3.6 Proibição do retrocesso ambiental, a regra da proporcionalidade e a visão global do conceito, 115
- Conclusão*, 129
- Referências*, 133